

3

SEGURANÇA PÚBLICA E POPULAÇÃO DE RUA: DESAFIOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS¹

Suely Dulce de Castilho²
Edson Benedito Rondon Filho³
Claudia Cristina Carvalho⁴

RESUMO

O presente artigo consiste na apresentação dos resultados da pesquisa intitulada “Segurança Pública e população em situação de rua: desafios políticos e pedagógicos”, desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa: Movimentos Sociais e Educação da Universidade Federal de Mato Grosso – GPSME/UFMT. Trata-se de estudo realizado com o apoio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/PNUD), cujo objetivo foi analisar os aspectos atinentes à formação, percepção e existência de preparo específico dos profissionais da Segurança Pública para atuar com populações em situação de rua. A pesquisa abrangeu as cidades de Cuiabá (MT), Belém (PA) e São Luís (MA). Nas respectivas capitais, foram realizados grupos focais com praças e oficiais responsáveis pela formação técnico-profissional da Polícia Militar e dos Corpos de Bombeiros Militares. Enquanto que na Polícia Civil os grupos focais foram compostos por delegados, escrivães e agentes policiais responsáveis pela formação profissional. Quanto à Guarda Municipal, a pesquisa incluiu os agentes de execução operacional. Grupos focais e entrevistas foram realizadas também com a população em situação de rua. Durante a pesquisa, buscou-se levantar também as percepções que os agentes de Segurança Pública têm da população que vive em situação de rua e vice-versa; como se estabelecem as relações entre eles no cotidiano das ruas; como é o funcionamento das redes de atendimento, entre outras questões. Os resultados da pesquisa indicam que há uma relação tensa e conflituosa entre os agentes de Segurança Pública e a população em situação de rua. No mais das vezes, esses conflitos resultam em violência psicológica e ou física, praticada pelos profissionais da segurança contra a população pesquisada. Ao final da pesquisa foram propostas sugestões advindas dos agentes de Segurança Pública e da população em situação de rua, sobre o que

¹ Resultado de pesquisa feita sob a contratação do Edital de 2014, SENASP/PNUD - Projeto Pensando a Segurança Pública, realizada pela equipe de pesquisa composta por professores/pesquisadores do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Educação, por pesquisadores da Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa da Polícia Militar (DEIP/PM); secundados pelo Centro de Referência em Direitos Humanos da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Mato Grosso. Equipe de pesquisa: Suely Dulce de Castilho (Coordenadora do projeto); Edson Benedito Rondon Filho; Claudia Cristina Carvalho; Wilquerson Felizardo Sandes; Luis Augusto Passos; Maria da Anunciação Barros Neta; Jamil Amorim de Queiroz; James Jácio Ferreira.

² Doutora em Educação (PUC/SP); Professora Titular do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso - Coordenadora da Pesquisa.

³ Doutor em Sociologia (UFRGS); Coordenador do Centro de Desenvolvimento e Pesquisa da Polícia Militar de Mato Grosso.

⁴ Doutoranda em Educação (UFMT); Coordenadora do Centro de Referência em Direitos Humanos do Estado de Mato Grosso.

fazer para melhorar a relação entre ambos, no sentido de aprimorar as políticas de atendimento. Dessa forma, foi apontado como medida que poderá harmonizar essa relação o incremento do currículo de formação inicial dos profissionais, por meio do aumento de carga horária de disciplinas na área de Ciências Humanas e da formação continuada, com oferta de cursos que abordem grupos vulneráveis, Direitos Humanos, abordagem solidária, entre outros.

Palavras-chave: População em situação de rua. Segurança Pública. Formação. Polícia. Brasil.

ABSTRACT

This study consists of a final report of a research named “Public Security and population living in the streets: political and pedagogical challenges”, developed by the Research Group: Social Movements and Education at the Federal University of Mato Grosso (GPSME/UFMT). This is a study conducted with the support of the Public Security Secretariat (SENASP/PNUD), whose aim is to analyze aspects relating to training, perception and existence of specific preparation of the Public Security professionals to work with people living in the streets. The research covered the cities of Cuiabá - MT, Belém - PA, São Luís – MA where Focus Groups interviews were conducted with the State Military Police soldiers and training officers, The State Military Fire Brigade soldiers and trainers, the Civil Police and the Municipal Guards. Focus Groups and interviews were also conducted with the population living in the streets in the three capitals cited, including individual interviews with transvestites and prostitutes. Various issues were raised, such as perceptions of the Public Security agents on the population and vice versa, how relations are established between them in the streets routine and on the operation of the service networks, to name a few. The research results indicate that there is a strained relationship and conflict between the Public Security agents and the people in the streets. More often than not, these conflicts result in psychological and or physical violence, practiced by the security professionals against the population studied. Suggestions were raised by both the Public Security and the population living in the streets on what could be done to improve the relationship between them in order to improve the service policies. The increase in the initial training curriculum of the professionals, as well as increased workload of disciplines in the Humanities and continuing education, offering courses that address vulnerable groups, Human Rights, solidarity approach, among others, were identified as measures which could harmonize this relationship.

Keywords: Population living in the streets. Public Security. Training. Police. Brazil.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por finalidade apresentar os processos, os procedimentos e os resultados da pesquisa intitulada Segurança Pública e população em situação de rua: desafios políticos e pedagógicos, realizada no âmbito do convênio selado entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e o Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Educação da Universidade Federal de Mato Grosso UFMT/ UNISELVA, com financiamento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

O fenômeno população em situação de rua tem como uma vertente causal os efeitos da globalização econômica, a má divisão dos recursos, cujos efeitos podem ser percebidos na reprodução, em escala mundial, das desigualdades sociais e, principalmente, na falta de garantias sociais para grande parcela da população. Em virtude da desigualdade de distribuição de bens sociais, da discriminação e do desrespeito às diferenças, é cada vez mais crescente o número de pessoas que vivem na/da rua. Grupos populacionais que, para Costa (2005), se desdobram em inúmeras expressões:

Grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta e a falta de pertencimento à sociedade formal. São homens, mulheres, jovens, famílias inteiras, grupos, que têm em sua trajetória a referência de ter realizado alguma atividade laboral, que foi importante na constituição de suas identidades sociais. Com o tempo, algum infortúnio atingiu suas vidas, seja a perda do emprego, seja o rompimento de algum laço afetivo, fazendo com que aos poucos fossem perdendo a perspectiva de projeto de vida, passando a utilizar o espaço da rua como sobrevivência e moradia (2005, p. 25).

Pesquisas realizadas nesse campo têm demonstrado a pluralidade de coletivos que integram a expressão *população em situação de rua*. Bem assim a diversidade de motivações, de condições, de necessidades e de demandas que ela engloba. Tais variáveis precisam ser apreendidas e conhecidas para um adequado atendimento por parte dos operadores de políticas públicas.

O conceito que operacionalizou a pesquisa de campo, assim como as análises referentes à *população em situação de rua*, foi inspirado na definição utilizada na Pesquisa Nacional sobre população de rua, desenvolvida no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, Brasília, 2008). Essa perspectiva rompeu com os sentidos deterministas e fixos que as expressões “morador de rua”, “povo da rua” carregavam. Buscou-se, por um lado, atentar para as experiências vividas nas ruas e, de outro lado, combater processos de estigmatização dessa população, ao defini-la a partir de uma concepção de habitar a rua como uma forma de vida possível, e não através de uma carência – de casa ou local de moradia fixa (GHELEN et al., 2008). Esta definição tem servido como ancoragem para os estudos recentes sobre a temática. Neste estudo não seria diferente.

As pessoas que vivem **na** rua, para efeito da pesquisa, são aquelas que passam o dia e dormem nesse espaço. Essa terminologia foi adotada para estabelecer diferenciação de outros coletivos também contemplados nesta pesquisa, que são as pessoas que vivem **da** rua: a bem dizer, são aquelas que trabalham nas ruas, em situação de vulnerabilidade e, conseqüentemente, passíveis de viver violações de seus direitos. Neste caso, as prostitutas e as travestis.

É importante observar que essa população, por mais violentada que seja, e por mais alienada da vida social, política, econômica e cultural que possa parecer, manifesta certos níveis de consciência de sua condição, de seus deveres, mas também de seus direitos como cidadã. Isso deve, possivelmente, aos efeitos do processo de socialização que esses sujeitos vivenciam nos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros POPs), ou nas associações, no caso das travestis e prostitutas. Portanto, eles exigem reconhecimento por parte do poder público e da população em geral, no sentido de que reivindicam sua humanidade (e além disso, de seus direitos como cidadãos). E assim, querem ser vistos e tratados com a dignidade que é extensiva a outros humanos.

A população em análise, diante de seus clamores, dá a entender que se sabe e se reconhece estigmatizada, estereotipada, discriminada e violentada. No entanto, sua voz ainda não ecoa em tom suficiente para ser ouvida, de forma mais atenciosa, nos espaços sociais, políticos e, sobretudo, pelos agentes da segurança pública. O existir desse grupo carrega uma intrigante ambigüidade entre o visível e o invisível. A invisibilidade social e simbólica, a que essas pessoas estão submetidas, perante seus direitos e sua dignidade, contrasta fortemente com o olhar da Polícia, que não as perde de vista.

A pesquisa, de igual sorte, procurou tornar visível, entre os diversos coletivos que compõem o universo das populações que vivem em situação de rua, as mulheres e as travestis profissionais do sexo. Conforme Louro (2011, p. 23), “a segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeitos”. Logo, diante da heterogeneidade do conjunto de pessoas vivendo em situação de rua, optamos por enfatizar também o universo feminino.

Na compreensão do microcosmo do universo constitutivo da comercialização sexual do corpo feminino – no caso a mulher e a transexual feminina que “batalham nas ruas, nas pistas”⁵ –, o aporte teórico utilizado advém dos Estudos Culturais, dos Estudos Feministas e da Teoria Queer (BUTLER, 2003), para construção das noções de gênero, sexualidade e transexualidades.

Na concepção de Silva (2003), a teoria Queer surge em países como a Inglaterra e Estados Unidos, como uma espécie de unificação dos estudos gays e lésbicos, representando uma radicalização do questionamento da estabilidade e da fixidez da identidade sexual.

Nesse pressuposto, o uso do “gênero” assenta a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, embora não seja diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade. Atualmente, a palavra “sexo” é usada em dois sentidos diferentes: um se refere ao gênero e define como a pessoa é considerada, se do sexo masculino ou feminino. O outro modo alude aos relacionamentos afetivos e sexuais.

Logo, tomamos como referência a compreensão da identidade sexual como o conjunto de características que diferenciam cada pessoa das demais e que se expressam através das preferências sexuais, sentimentos ou atitudes em relação ao sexo. Já a identidade de gênero se associa às noções e conceitos normativos de interpretações dos símbolos culturais. É o sentimento de masculinidade ou feminilidade construído socialmente, culturalmente, psicologicamente e juridicamente como definidor de papéis sociais atribuídos à masculinidade e à feminilidade. Essas construções sociais são expressas nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas e jurídicas (LOURO, 2013).

Em consonância com esses pressupostos, compreendemos a transexualidade como identidade de gênero, oposta ao sexo (genitália) que se ostenta anatomicamente, no nascimento. A construção da identidade de gênero, em si e para si, das pessoas transexuais, implica mudanças corporais tanto do “feminino travesti” quanto do “masculino travesti”⁶. “O corpo é sempre visto como uma interpretação social, então o sexo não pode ser independente do ‘gênero’” (SCHOT, 1988, p. 2).

Michel Foucault (1988) entendeu o gênero como um saber sobre as diferenças sexuais. E, havendo uma relação inseparável entre saber e poder, o termo estaria imbricado nas relações de poder, sendo, em suas palavras, uma primeira forma de dar sentido a estas relações.

Portanto, acreditamos que a sexualidade é produzida em contextos históricos, pela convicção de que a “revolução sexual” contemporânea exige uma análise séria sobre a “política da sexualidade”. As questões de gênero são notadamente uma questão identitária constitutiva dos sujeitos. Portanto, algo que transcende ao mero desempenho de papéis sociais.

Quanto à prostituição, no Brasil, é reconhecida no Código de Ocupações Brasileiro – CBO 5198-05, do Ministério do Trabalho, desde 2002. É importante frisar que o CBO é o documento normatizador do reconhecimento, da nomeação, da codificação, dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho.

Assim, na compreensão da rua como um espaço por excelência de trabalho, de convivência, de trocas e de apropriação coletiva, a pesquisa, também procurou dar voz e visibilidade às mulheres e travestis femininas que vivem da comercialização do corpo no espaço urbano. Esses coletivos foram incluídos em função de viverem em condições de vulnerabilidade, que, diante da precarização, do preconceito e da estigmatização nas relações de trabalho, são frequentemente expostas à violência e criminalidade.

⁵ Termos utilizados pelas profissionais para qualificar o espaço das ruas como espaço de trabalho.

⁶ No caso da presente pesquisa, os participantes são apenas as travestis femininas.

No caso da prostituição, como prática sexual que se inscreve no contexto do controle das sexualidades, é um conceito que no Brasil nasceu marcado por posturas higienistas, associado ao imaginário de doença, morte e violência. Fazem-se presentes na historiografia brasileira as investidas policiais no cotidiano das chamadas “meretrizes”, “prostitutas”, “putas”, “mulheres de vida fácil”, “damas da noite”, que vendem o corpo por meio da prática sexual, como forma de manutenção econômica de sobrevivência.

O controle dessa sexualidade “desviante” se intensifica na medida em que os processos de urbanização da sociedade brasileira também se aceleram. Neste contexto, as investidas da força policial, os discursos científicos – especialmente da Medicina, da Psiquiatria e da Psicologia – são amplamente utilizados como dispositivos de controle dessa sexualidade insubmissa, em dissintonia dos padrões normativos definidos para o comportamento do gênero feminino.

Esse marco conceitual evidencia que as relações de poder não são exteriores às pessoas que vivem da rua, como profissionais do sexo, nem exclusiva da ordem dominante heteronormativa, mas são dimensões tensivas do controle social, perpassadas por questões de gênero e sexualidade. E é nessa direção que o estudo objetivou reconhecer os principais fatores de risco enfrentados pelas profissionais do sexo relacionados com a violência, com a forma como os agentes de segurança pública tratam as demandas expressas por esses coletivos.

No outro polo da relação com essas minorias está o Estado, no caso desta pesquisa representado por meio da segurança pública e seus agentes responsáveis pela formação profissional e execução operacional. Como veremos adiante, há um indicativo de que é necessário humanizar essa relação. Talvez essa seja o grande desafio, pois a condição de humanidade da população em situação de rua, muitas vezes lhe é negada pelos sujeitos que com ela interagem. Se a condição de humanidade é-lhes negada, os seus direitos, enquanto cidadãos, inexistem. Por conseguinte, reconhecê-la (população em situação de rua) como sujeita de direitos pelo Estado e seus representantes, torna-se o segundo grande desafio para as ações e as políticas públicas relacionadas a este público.

A polícia como parte da relação de Estado e da sociedade política, subsume-se à sociedade civil e ao próprio Estado, como o braço armado em defesa da lei e da ordem, marcando a relação de maneira contraditória, sobretudo nas questões de reconhecimento aos direitos dos grupos marginalizados.

Há um poder que se confia à polícia e que não pode ser desconsiderado. Muito pelo contrário, esse poder deve ser compreendido para, justamente, ter a ideia clara de seus limites e dos circuitos que ele confere ao trabalho policial. Ela (polícia) age segundo a lógica de eternizar os efeitos da prisão, ao converter o infrator em delinqüente “vitalício”, definindo quem são os marginais.

As ações policiais em desfavor desses marginalizados possuem fixados marcos comuns e esquemas mentais de antecipação de comportamentos (preconceitos) que refletem o reconhecimento que impera entre os sujeitos da relação. Pode-se afirmar existirem procedimentos ou formas de ação policial que variam conforme os sujeitos e circunstâncias envolvidas. É recorrente o discurso de que, muitas vezes, as informações obtidas pela polícia advêm da violência, da ameaça ou da tortura, na justificativa do seu fim instrumental.

O território é o locus da vinculação que a Polícia faz ao atribuir marcações às populações, definindo as “zonas de delinqüência” (áreas marginalizadas como favelas, becos, pontos de prostituição e cracolândias), onde os indícios emergem nos mapas de propensa criminalidade e que marcam determinados coletivos. A autorização de permanência ou o estar em determinado local é fixado pela compreensão que a polícia tem do meio e das percepções de seus agentes, servindo como instrumento de controle dos (supostos) delinqüentes, sobretudo pela conversão do dado geográfico em dado operacional.

Frente ao exposto, destaca-se que a pesquisa de campo, realizada nas cidades de Cuiabá (MT), Belém (PA) e São Luís (MA), entre os meses de junho e outubro de 2014 teve como objetivo compreender como se estabelece a relação entre os profissionais de segurança pública e a população em situação de rua, de modo a subsidiar políticas para formação dos profissionais da segurança pública.

É importante vincar que os procedimentos de pesquisa, a elaboração dos instrumentos de coleta de dados, somados a outras construções analíticas, foram construídos no diálogo com outros estudos já realizados a propósito deste tema. Imprescindíveis foram as contribuições da pesquisa *Cadastro da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre*, realizada em 2011, no âmbito da Prefeitura Municipal dessa capital, sob a consultoria de Ivaldo Gehlen, Patrice Schuch e Elsa Cristina de Mundstock, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Importante também foi a pesquisa *Segurança Pública e populações em situação de rua: uma análise sobre a formação de agentes da Segurança Pública e suas relações com pessoas em situação de rua*, empreendida no âmbito do Edital Pensando a Segurança Pública, 2ª Edição-2013, da SENASP/MJ, sob a coordenação das pesquisadoras Eliana Sousa e Silva e Miriam Krenzinger A. Guindani, ambas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Buscou-se também a interconexão com a *Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua*, realizada nos limites do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MSD), publicada em 2008. Acrescentam-se outros estudos, publicados em forma de artigos e livros impressos, por igual os disponíveis na internet.

Os procedimentos e resultados da pesquisa estão organizados neste texto, em cinco subtítulos. No primeiro, apresentamos as considerações teórico-metodológicas, delimitando a perspectiva de abordagem, definição dos sujeitos de pesquisas, lócus, técnicas de coleta e análise de dados. No segundo acenamos com as percepções dos profissionais de segurança pública sobre a população em situação de rua. O terceiro versa sobre percepções que a população que vive na rua tem sobre as próprias experiências e vivências na relação com os profissionais de segurança pública e com a rede de atendimento social. No quarto subtítulo, desfila-se a percepção que as prostitutas e as travestis têm no que circunscreve aos profissionais de segurança pública e à rede de atendimento e, por último apresentamos as considerações finais e as recomendações.

2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Construídos os instrumentos de pesquisa, perseguiu-se uma agenda de encontro com os Secretários de Segurança Pública dos Estados de Mato Grosso, do Pará e do Maranhão. Nas oportunidades, foram apresentadas a proposta de pesquisa, as parcerias, os objetivos e solicitação de apoio no contato com as instituições de Segurança Pública: Polícia Militar (PM), Corpo de Bombeiros Militar (CBM), Polícia Judiciária Civil (PC) e Guardas Municipais.

Nos três segmentos da Secretaria de Segurança Pública Estadual – Polícia Militar, Polícia Civil, e Bombeiros Militares –, foram feitas comunicações aos respectivos comandantes, por telefone e presencialmente, informando a proposta da pesquisa, os objetivos e solicitando que os grupos focais fossem organizados, não sem garantir a presença também de mulheres e pessoas negras. Essas exigências tiveram como propósito afiançar a representatividade, para que se lhes evitasse a invisibilidade, ou escolhas pautadas em preconceitos, pois no que se refere à raça e gênero, sabe-se que o ser negro e o ser mulher imprimem aos sujeitos um modo de olhar, pensar e agir socialmente específico.

A necessidade de compreender o agir do profissional de segurança pública nos meandros de sua profissão, bem como compreender o conhecimento e o saber construídos e mobilizados por eles no cotidiano de sua profissão, significativo se fez entrevistar profissionais desses dois universos, aqueles ligados à formação dos agentes de segurança pública: Polícia Militar (oficiais), Bombeiros (oficiais), Policiais Civis (delegados, escrivães e agentes) e os operadores da segurança pública no dia

a dia das ruas – os praças. Esses segmentos foram entrevistados, em grupos separados, em datas e locais diferentes, com o intuito de evitar possíveis constrangimentos, inibições e sobreposições, devido à estrutura hierarquizada que permeia essas instituições. Os integrantes da Guarda Municipal de Cuiabá e de São Luís não foram entrevistados em virtude do serviço desenvolvido por essa instituição ser eminentemente de natureza da guarda patrimonial. Já os integrantes da Guarda Municipal da cidade de Belém do Pará foram entrevistados.

Os participantes dos Grupos Focais (GF) foram indicados pelos respectivos comandantes ou diretores. O número de participantes dos grupos variou entre sete e dez pessoas. A discussão do GF se orientou por um roteiro definido de acordo com os objetivos, diretrizes e questões norteadoras deste estudo.

Todos os grupos preencheram um questionário estruturado para coleta de dados dos perfis profissionais, o qual contemplou aspectos atinentes à formação escolar, idade, grupo étnico-racial, gênero, experiência profissional, experiência com o tema proposto, entre outros aspectos correlatos à pesquisa.

No respeitante à pesquisa com a população em situação de rua, foi estabelecido contato com os órgãos ou organizações responsáveis por políticas pertinentes a esse público. Os Centros POPs das três cidades (Cuiabá-MT, Belém-PA e São Luís-MA) foram visitados, possibilitando acesso às informações sobre o funcionamento, o número de pessoas atendidas diariamente, os serviços disponibilizados à comunidade, assim como as regras de uso e demais assuntos alusivos ao cotidiano dos Centros. Após autorização das direções, foram realizados grupos focais com pessoas adultas, buscando a representação de negros, idosos, mulheres, homens, gays e travestis.

As entrevistas individuais com travestis e prostitutas foram realizadas nos “pontos” de trabalho delas ou nas suas entidades representativas, e a aproximação dos pesquisadores se deu de modo direto – sem mediadores, ou indireto – com mediação das lideranças dos movimentos sociais que representam os respectivos coletivos.

As tabelas adiante demonstram o número de pesquisados por Estado e coletivos. No total foram 162 pessoas.

Tabela 1 – Quantidade de profissionais entrevistados nos grupos focais realizados no campo da Segurança Pública, Mato Grosso, Pará e Maranhão, 2014.

Cidades	PM/ oficiais	PM Praças	Bombeiros	PC	Guardas Municipais	Total
Cuiabá-MT	7	9	10	9	-	35
Belém-PA	9	8	10	8	6	41
São Luís-MA	8	7	7	8	-	30
Total Geral	24	24	27	25	6	106

Fonte: Pesquisa Segurança Pública e População em situação de rua: desafios políticos e pedagógicos, UNISELVA/Senasp, 2014.

Tabela 2 – Quantidade de pessoas entrevistadas nos grupos focais realizados com as Populações em situação de Rua, Mato Grosso, Pará e Maranhão, 2014

Cidades	Pessoas
Cuiabá-MT	10
Belém-PA	9
São Luís-MA	7
Total Geral	26

Fonte: Pesquisa Segurança Pública e População em situação de rua: desafios políticos e pedagógicos, UNISELVA/Senasp, 2014.

Tabela 3 - Entrevistas individuais

Cidades	Prostitutas	Travestis	Moradores de Rua	Flanelinhas	Total
Cuiabá-MT	8	3	1	-	12
Belém-PA	6	5	-	-	11
São Luís-MA	4	1	-	2	7
Total Geral	18	9	1	2	30

Fonte: Pesquisa Segurança Pública e População em situação de rua: desafios políticos e pedagógicos, UNISELVA/Senasp, 2014.

Ressalta-se que a pesquisa se insere na abordagem qualitativa por buscar descrever e compreender um fenômeno da vida social: a relação entre os profissionais de segurança pública e suas instituições com a população em situação de rua, amarrada às percepções que esses sujeitos têm de suas vivências e experiências, uns nas relações com os outros, notadamente os sentidos que conferem a elas. Partiu-se da compreensão, de Denzin e Lincoln (2006), que não existe uma janela transparente de acesso à vida íntima de um indivíduo. Qualquer olhar será sempre filtrado pelas lentes da linguagem, das teorias e dos próprios pesquisadores.

Por outro lado, os indivíduos dificilmente conseguem fornecer explicações completas de suas ações ou intenções, o que podem oferecer são percepções imediatas sobre o que fizeram e porque o fizeram (idem). Aos pesquisadores cabe buscar a melhor forma de tornar compreensível e esquadriñar os fenômenos da forma que seja o mais representativo possível da interpretação que os próprios sujeitos dariam às suas experiências. Nesse sentido, o que perseguimos é tanto extrair os significados do fenômeno pesquisado para quem os vive, quanto interpretar os sentidos latentes e visíveis.

Para tanto, houve uma inserção dos pesquisadores nos locais de origem dos dados, e as experiências e vivências foram apreendidas e analisadas nas suas singularidades e particularidades. As vozes dos sujeitos ganharam maior relevância no plano textual analítico. Eles dizem por eles mesmos. Os pesquisadores estão na postura de audição e registro e, como diria Geertz (1989), na qualidade de intérprete de segunda e de terceira mão, pois de primeira somente quem vive é capaz de interpretá-la.

O programa NVivo.10 foi utilizado como ferramenta de organização e auxílio na compreensão do material coletado, que consistiu em dados não estruturados ou semiestruturados, como foi o caso das entrevistas e grupos focais realizados nos locais de campo.

Ressalta-se que a tecnologia empregada não favoreceu esta ou aquela metodologia. Embora tenha facilitado a organização, a análise e o compartilhamento dos dados qualitativos recolhidos em um processo interativo no caminho de exploração do tema pretendido.

Importante destacar o compromisso firmado para preservação do anonimato dos participantes da pesquisa, consolidado por autorização expressa formalmente em termo de consentimento, somados a outros aspectos éticos da pesquisa.

3 AS PERCEPÇÕES DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

As relações que são estabelecidas em diversos aspectos e circunstâncias entre a população em situação de rua e os profissionais de segurança pública e vice-versa são marcadas por discursos que transitam nos dois sentidos dos pólos das relações. Marcam diacronias e sincronias identificadas de

acordo com o posicionamento dos sujeitos da pesquisa, sejam eles integrantes da segurança pública ou pertencentes aos coletivos da população em situação de rua.

3.1 PERCEPÇÃO SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Das inúmeras possibilidades perceptivas, temos que muitos profissionais de segurança pública vêem a população como alvo de fiscalização da polícia. As circunstâncias orientam e interferem na negociação que marca as partes envolvidas em ocorrência. Há diversos relatos que se referem ao atendimento a esses coletivos, revelando como esses são percebidos, com destaque aos usuários de drogas, vistos como caso de saúde pública, e não de polícia, como nos foi dito por um integrante da Polícia Civil do Maranhão.

Entretanto, os profissionais de segurança afirmam ocorrer uma ausência de políticas públicas voltadas para reinserção social das pessoas em situação de rua e atendimento às suas múltiplas carências. Ainda, a questão do dependente químico do crack compõe um quadro dramático, a questão fica no dilema saúde e crime, pois dependendo da perspectiva que se quer dar, o problema pode ser visto ou como questão de saúde ou como caso de polícia.

De um modo geral, a polícia é muito criticada, independente do nível econômico que possua a fonte da crítica, justamente porque acaba agindo em situações que não são percebidas como “caso de polícia”. Segundo os próprios profissionais de segurança pública, recorrentemente se escuta as pessoas dizerem: “A polícia devia estar prendendo homicida, traficante, tá recolhendo usuário” (GF/ PC/ MA).

Conforme a opinião de grande parte dos profissionais entrevistados há uma precariedade generalizada que prejudica a população em situação de rua em decorrência da ausência estatal nas políticas públicas pertinentes às questões basilares como saúde e educação, gerando um quadro caótico. Por outro prisma, as instituições de defesa social primárias, como a família, a escola e a igreja, não mais possuem a mesma autoridade social, o que para alguns entrevistados resulta numa demanda de controle concentrada no aparato policial. Estratégias são pensadas para tentar manter o controle social, como a polícia comunitária ou de proximidade, com um discurso, por parte dos policiais militares, de que o trabalho mais penoso recai sobre a Polícia Militar, recorrentemente acusada de violência, quando na realidade essa violência deveria ser imputada ao próprio Estado.

A família, enquanto instituição, também é responsabilizada pelo quadro social enfrentado pela população de rua, voltando à perspectiva de instrumento de defesa social e responsável pela prevenção em virtude dos valores que deveriam ser transmitidos em seu seio.

Percepção em formato de rotulagem em desfavor da população em situação de rua é exteriorizada por vários entrevistados que os veem como bagunceiros, briguentos, raivosos, zumbis, fétidos, etc., conforme informado por um PM (MA) em entrevista.

Que eu vejo passando a noite inteira pra cima e pra baixo. Os caras rodando a noite inteira. Mulher... E como o [...] falou, as mulheres se prostituem em troca de uma pedra de crack. Esse é o grande problema pra mim. Ao meu ver é a droga, o tráfico em si.

Em complemento, os policiais entrevistados asseveraram que atenção especial deve ser dada a essas minorias, prevenindo um segundo processo de vitimização, já que a própria vida se lhes apresenta como violenta, por conta da situação em que se encontram ou as circunstâncias envolvidas. A Polícia não poder deixar que sofram outro processo ou que piorem a situação. A polícia, ao ser procurada como serviço público, deve fazer seu papel de atender e não gestar outro processo de vitimização, pois essas

pessoas não tiveram as devidas condições e oportunidades por força do próprio sistema, carente de políticas públicas que trabalhem essas situações.

Essa narrativa é vista de maneira paradigmática, diante do ranço de preconceito e autoritarismo que reforça o estereótipo “do ser macho para ser polícia”, com a inferiorização da mulher nesse papel de policial e, também, de vítima. Ou seja, o olhar de alguns segmentos desta corporação se tornou um pouco mais cuidadoso com relação a algumas minorias, fazendo crer que o tratamento dispensado ao público deva ser igual, a despeito de gênero ou cor. Afinal, o modo de tratar o semelhante de forma digna é preceito constitucional, sobretudo em se tratando de ações de Polícia, órgão instituído para garantir o respeito e a segurança do cidadão (GF, Polícia Civil – MA).

A desconstrução dessa cultura de preconceito é ventilada em vários momentos pelos entrevistados, no sentido de se tentar justificar o preconceito da polícia para com as minorias, pois que, na percepção de alguns policiais, a polícia somente seria o reflexo da sociedade. Muitos afirmam que essa tarefa não é fácil, uma vez que tais ideias e conceitos estão introjetados no âmago social. Ou seja, a mudança passaria não só por uma transformação da polícia, mas também por uma transformação mais profunda em toda a sociedade.

Uma das dificuldades para se processar tais mudanças é o formato ou circuito de ação policial, baseados em padrões que advém de rótulos tomados como mitos institucionais, transmitidos no cotidiano policial e pelas “vibrações de rua”, gerando aquilo que conhecemos como tirocínio policial acostado em rotulagem direcionada para determinados coletivos. A esperança de mudança nesse quadro está na nova geração de policiais que chegam na polícia com novas ideias, mais escolaridade e novas dinâmicas de trabalho.

A polícia, vista como o braço armado do Estado, normalmente é a primeira a chegar nos locais de ocorrência e devido a essa visibilidade é alvo de muitas críticas em decorrência de sua forma de agir, voltando à questão de confusão entre problema de saúde e caso de polícia.

Os bombeiros, por sua vez, percebem a população de rua como pessoas que não tiveram oportunidades, com formação deficitária e em luta pela sobrevivência. A rua seria um espaço para essa luta, onde as estratégias variam desde a prostituição até o consumo de drogas lícitas e ilícitas. A família aparece como centro irradiador desses problemas advindos de sua desestrutura.

A população de rua, além de esquecida é invisibilizada e perseguida, pois alguns relatos afirmam que o simples fato de dormir em local “não autorizado” é motivo para acionar os profissionais de segurança pública para que se realize a “higienização”.

Existe a compreensão de que os coletivos da população de rua são muito diversificados e cada pessoa nessa situação tem seus próprios motivos, também, variantes. Há uma percepção de que a rua é um espaço sem regras e consequência ou produto final de causas variadas.

A Guarda Municipal de Belém do Pará apresentou em alguns discursos uma percepção peculiar acerca da população em situação de rua, revelando que há pessoas integrantes dessa população que têm uma profissão reconhecida na sociedade, como músicos e psicólogos, o que desmistifica a ideia de que as pessoas que estão nesta situação ou condição não possuem profissão, levando-nos à possibilidade da opção (existência ou falta) ou escolha para a permanência na ou dependência da rua.

3.2 A INTERPRETAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA SOBRE A PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO DE RUA A SEU RESPEITO

A linha discursiva segue no entendimento de que a população em situação de rua tem uma visão negativa da polícia, muito pelo resultado das intervenções policiais caracterizadas pelo uso da força física, resultando em sentimento de raiva por parte dos coletivos da rua, como retratado na fala do praça da Polícia Militar do Maranhão: “Então diante desses encontros eles devem ter raiva da gente” (PM, MA).

Podemos afirmar que na percepção de alguns policiais a visão negativa acerca da polícia é decorrente de uma visão social sobre o problema. Ou seja, a visão da população de rua sobre a polícia apenas reflete uma visão que a sociedade tem a respeito e muito desse comportamento se deve ao papel que a polícia desenvolveu nos anos de ditadura no Brasil. E mais, vigora a visão do policial como homem rústico que é aquele que não possui educação e tenta resolver tudo através da violência em razão da própria construção histórica da polícia brasileira.

A visão de educação é desconectada do comportamento da polícia e a polidez do policial no tratamento com o público é vista com estranhamento, uma vez que o que se espera dela é rispidez e rusticidade por conta da imagem corrente que carrega tais preconceitos.

O discurso da polícia como poder encarnado no agente representante do Estado, responsável pela atuação, onde todas as outras instituições e instâncias falharam, foi observado diversas vezes. Ou seja, a polícia é vista como a encarregada da regulação da vida em sociedade, o que se contrapõe à perspectiva de autonomia e emancipação que move muitas das pessoas que estão na rua.

Em contraposição a essas visões, há outro discurso de que os profissionais de segurança pública entendem que a população em situação de rua os veem como a encarnação da “segurança”. Alguns policiais entendem que são referências para algumas pessoas que estão em situação de rua, nem que seja apenas como referência de informação.

Com relação aos bombeiros, o discurso corrente é do respeito, o que reflete a visão vigente em toda a sociedade que não os vê com as mesmas lentes usadas para olhar a polícia, talvez pela função desempenhada por eles que acaba transmitindo a imagem do salvador, do herói, do doador, daquele que auxilia.

3.3 COMO DEVE SER TRATADA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Quanto ao tratamento dispensado pelos profissionais de segurança pública à população em situação de rua, temos que a maioria das respostas foram circulares, no sentido de que os respondentes policiais reproduziram os discursos de devolução de experiências, ou seja, relatam suas vivências muito próprias e particulares envolvendo os coletivos, refletindo muito mais o que eles imaginavam que fosse a imagem da polícia retratada pela população em situação de rua do que pela forma de tratamento entendida como adequada.

Há o reconhecimento de que a polícia discrimina a população em situação de rua, mas, ao mesmo tempo, transparece nas falas um esforço pela mudança. São comportamentos arraigados

ao longo da existência policial no Brasil, marcadamente, pela característica paternalista, patriarcal e machista plantada e ainda cultivada na sociedade brasileira, por isso difícil de ser revertida.

O fato de a polícia ser uma das primeiras instituições a manter contato com a população de rua implica numa necessidade de qualificação profissional para atendimento adequado aos coletivos, conforme afirmação de um pesquisado. A humanização da polícia e do policial é sugestão para melhoria do tratamento dispensado pela polícia à população em situação de rua. O tratamento igualitário é o grande desafio para a ação dos profissionais de segurança pública. Nesse dilema imperam relações intergeracionais, culturais, econômicas, religiosas e de formação dos diversos segmentos e instituições que compõem o sistema, chocando-se com o ideário constitucional de que “todos são iguais perante a lei”.

[...] quem primeiro tem contato com eles é a polícia, ah alguém infringiu um direito meu, é a polícia, de qualquer um desses segmentos: prostituta, travesti, pessoas que vivem nas ruas, a primeira violação de direitos, não é o juiz que eles procuram, é a polícia e nós temos que ter essa preocupação realmente na concepção qualificada, pra que eles tenham uma boa visão, ou não da Polícia e do sistema de Justiça. (GF, Polícia Civil, MA).

Sabe o que eu acho, do trabalho que vocês estão realizando, desse trabalho específico para população em situação de rua, alguns no meu entender são problemas sanáveis, e a gente pode administrar isso e chegar a resultados altamente positivos como, por exemplo, atendimento humanizado pra todo tipo de natureza, travestis, prostitutas, drogadicto, e outros mais... (GF, Polícia Civil, MA).

Sobressaíram discursos de necessidade de uma preparação mais adequada para lidar com a população de rua naquilo em que muitos se referem como “humanização da tropa”, pois a ação em si é reflexo, para muitos, da formação profissional. Necessário seria desconstruir o preconceito e a intolerância existente entre os profissionais e esses coletivos, por meio de um currículo de formação mais humanista, sem deixar de se ensinar a técnica necessária à formação e atuação profissional do policial.

Por outro lado, outros discursos, apontam que a ação dos profissionais de segurança pública é o reflexo da sociedade, de maneira que não adianta se trabalhar apenas no nível de formação profissional. Seria necessário um trabalho de conscientização sobre a problemática no nível de outros espaços de convivência e referência deles, tais como escolas, universidades, igrejas etc.

Como sugestões, discursos emergiram no sentido de auxílio a essa população através do sistema “S”, possibilitando uma perspectiva de preparação e inserção no mercado de trabalho. A proposição reforça o que já foi dito anteriormente, de que o atendimento à população em situação de rua deveria abranger ações sociais ao invés de ações policiais.

Há uma cobrança pelo envolvimento da sociedade e dos políticos para auxílio na solução dos problemas enfrentados pela população em situação de rua, retornando o discurso de que não basta retirar da rua aquele que lá está, pois tal condição exige oportunidades para recomeço da vida fora daquele ambiente.

Na ação dos profissionais de segurança pública pode ocorrer, em razão dos preconceitos existentes, uma confusão entre diferença e desvio. A diferença deve ser tolerada e, sobretudo, reconhecida em seus direitos. O desvio se refere ao conflito com a lei e, mesmo aqueles que estejam nessa situação de conflito, também, possuem direitos a serem respeitados. Inconcebível é dispensar, por parte do Estado, tratamento aos considerados diferentes como se criminosos fossem.

De fato a tolerância e o reconhecimento por parte dos profissionais de segurança devem ser

muito bem trabalhados. As discussões nos grupos focais evidenciam a clara falta de paciência dos agentes para lidar com os públicos vulneráveis integrantes de alguns dos coletivos da população em situação de rua. Como exemplo, citamos o Pará, que, na grá de seus policiais, nomina as ocorrências que envolvem esses coletivos de “taturagem”, que significa aquela ocorrência que “enche o saco” e demanda muita paciência, até por envolver, às vezes, narrativas fantasiosas, mirabolantes, fabulosas, etc. (polícia civil – PA).

Tem que usar de certos artifícios porque como você vai convencer uma pessoa dessa com transtornos mentais, que diz que tá grávida de um ET? Agora imagina essa situação, você está no seu plantão em uma delegacia, cheia de problema, você está fazendo ocorrência, tá fazendo atendimento, aí chega, vamos supor se..., de noite que , você já está cansado cheio do dia; o marido ligando enchendo o saco, filho ligando enchendo o saco, mulher ligando dizendo que acabou o gás. Outros integrantes a... Então... não tem paciência. Além de você não estar preparado pra aquilo, você não tem paciência, isso na Polícia a gente chama de ‘taturagem’, ninguém quer atender essas ‘taturagens’ (GF, Polícia Civil, PA).

Enfim, a complexidade das relações que envolvem os profissionais de segurança pública e a população em situação de rua apenas reflete a complexidade da nossa sociedade e nos leva a refletir o quão difícil é tentar entender a natureza humana e esse mundo relacional em que vivemos. Nessa perspectiva, a relação entre os sujeitos de pesquisa sofre interferência das variáveis de capacitação, formação e orientação. Saber como essas variáveis se sucedem no âmbito das organizações, os conhecimentos considerados fundamentais, as sugestões de capacitação e a visão do que seja a formação ofertada aos profissionais é ponto fundamental para compreensão da problemática.

3.4 A CAPACITAÇÃO PARA LIDAR COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Os relatos dão conta de que a capacitação ofertada nos variados projetos propostos, como é o caso do “Crack, é possível vencer”, ainda é muito incipiente e de pouco alcance. Em acréscimo, há imprevistos adotados por alguns instrutores. Além do que, a temática é trabalhada de maneira transversal e assentada em apostilas.

A reclamação generalizada foi quanto à ausência de continuidade na qualificação profissional, uma vez que os conhecimentos ofertados durante os cursos de formação não são suficientes. Relatos dão conta, ainda, de que o conhecimento a respeito da população em situação de rua chega, por vezes, de maneira informal, principalmente aos profissionais que trabalham na atividade-fim, pois os cursos ofertados, quase sempre, são destinados ao efetivo que trabalha na administração ou aos oficiais.

O básico da nossa atitude seria esta parte, pelo menos um dia, uma vez por ano o policial teria que se reciclar. E lá dentro dessa reciclagem colocasse os assuntos em volta como agora. A situação de risco do morador de rua... (GF, PM – Praças, MA).

Existe outro problema afeto à qualificação ofertada e que está ligado à motivação do profissional de segurança pública em adquirir de fato o conhecimento transmitido nos cursos. A falta de estímulo, vontade ou motivação ocasiona um não envolvimento por parte de muitos policiais que participam dos cursos ofertados, perdendo-se tempo, recursos e oportunidade. Mesmo quando acontecem os cursos para qualificação resta uma percepção de que existe uma dissonância entre teoria e prática, sobretudo pela não existência das redes de atendimento, ficando latente na fala de alguns entrevistados a sensação de impotência ante o quadro encontrado na realidade.

Muitas reclamações foram feitas em desfavor de professores que não são das organizações policiais e que, responsáveis por algumas disciplinas, não realizam a transversalidade pertinente, muitas vezes sequer conhecem a estrutura e o funcionamento da segurança pública.

Os protocolos existem e não apresentam tratamento diferenciado quanto ao atendimento aos coletivos da população em situação de rua. Esses protocolos são fontes de conhecimento dos procedimentos em ocorrência e servem de parâmetros de atuação ao definirem o que a polícia pode fazer. Há certa negativa em se criar protocolos distintos, pois no entender de alguns profissionais de segurança pública, uma medida nesse sentido abriria possibilidade para origem a diversos outros protocolos que ao invés de ajudar viriam em prejuízo do exercício da função. Há uma confusão entre os profissionais de segurança pública entre o atendimento diferenciado ou adaptado a diferentes públicos (população em situação de rua, LGBT, mulheres, crianças etc.) e tratamento desigual em termos de direitos.

3.5 O TRATAMENTO DAS DEMANDAS ADVINDAS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

O envolvimento com drogas por parte da população em situação de rua marcou vários discursos dos profissionais de segurança pública, sendo claro o reconhecimento desse tipo de demanda como sendo problema de saúde pública.

Percebe-se uma sensação de ineficácia das ações de Segurança Pública nas falas dos entrevistados em virtude de inexistência de rede de atendimento e dispositivos legais de encaminhamentos que de fato consolidem a rede. Sabe-se que o problema é de saúde pública, mas, de igual modo, existe um clamor da sociedade no que se refere à retirada de alguns logradouros, ruas, praças e vielas, de usuários de drogas, em razão dos crimes – a grande maioria de menor potencial ofensivo – cometidos. O dilema para quem trabalha na linha de execução da Segurança Pública é justamente saber o que fazer, pois em virtude do acionamento da polícia pela sociedade, decorrente dos pequenos delitos ou contravenções perpetrados por algumas pessoas que integram a população em situação de rua, o profissional se vê obrigado a conduzir, principalmente, o usuário de drogas, para a delegacia. A recomendação, e até mesmo a práxis policial, deságua naquilo que se reflete no ditado: “toda ocorrência acaba na delegacia”. No entanto, a autoridade policial, sem instrumentos jurídicos e protocolos de rede a seguir, fica sem opções, a não ser deixar que o usuário retorne para a rua, não raro para o mesmo local de onde foi retirado.

De acordo com os relatos observados, podemos afirmar que a rede de atendimento à população em situação de rua ainda não foi consolidada em nenhuma das cidades pesquisadas, mas algumas iniciativas estão em estágio bem avançado nesse processo, como é o caso de Belém do Pará. Na época da pesquisa havia sido recém inaugurado um programa denominado “Pacto de acolhimento Belém pela vida”, com a promessa de garantir ações articuladas desde a prevenção, resgate da população em situação de rua, até tratamento para os usuários de drogas.

Para os profissionais de Segurança Pública, há muito discurso no que se refere ao atendimento à população em situação de rua, e pouca prática. As iniciativas a esse respeito são bem pontuais, com reclamação de desfuncionalidade e ausência de eficácia nos atendimentos disponibilizados. A queixa mais recorrente se refere à ausência de órgãos específicos para atender essa população deixando, em muitos casos, os profissionais de segurança pública sem saber para onde levá-los.

O pior sucede quando o delegado ou a delegada se recusa a receber tais pessoas conduzidas pelo primeiro órgão policial de atendimento, normalmente a Polícia Militar, em razão de esta não entender

que a circunstância que envolve o sujeito justifique alguma medida jurídica ou, ainda, esteja associada ao fato de a pessoa conduzida estar lesionada. Neste caso específico, o responsável pela condução fica com a pessoa em situação de flagrante sequestro, rodando pelas vias da cidade sem saber para onde destiná-lo, podendo, inclusive, gerar ou resultar outros atos de arbítrio contra essas minorias. Violações como estas são inconcebíveis em uma “República” que se arroga como Estado Democrático de Direito.

Muitos policiais depositam suas esperanças em projetos que possam trazer resultados e de fato contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem em situação de rua. Mas, os sentimentos são contraditórios na medida em que ao participarem das reuniões para organização das ações, percebem certa dissonância entre os órgãos que participam do projeto, o que resulta inclusive em conflitos pessoais entre as pessoas envolvidas, marcadamente das áreas da saúde e da segurança.

O quadro de incompreensão e de não reconhecimento institucional pelas pessoas que participam desse processo gera um sentimento de impotência. Em que pese o esboço de rede contar com prédios e instalações, muitos dos entrevistados pertencentes ao coletivo da segurança pública afirmam categoricamente que a rede não existe, ou se existe não funciona, a começar pelas próprias condições estruturais ofertadas aos agentes que farão o primeiro contato com a população em situação de rua, que trabalham sem equipamentos de proteção individual (EPI), como luvas, máscaras etc.

Existem percepções de que as igrejas funcionam junto à rede de atendimento com trabalhos voltados ao coletivo dos usuários de drogas. No entanto, a igreja pode até fazer parte da rede, mas sozinha ela não se consolida como tal. É uma visão totalizante de apenas uma parcela dos serviços necessários, muito pelo fato da influência religiosa sobre os discursos que caminharam nessa perspectiva.

Uma rede que tem dado certo ai entre si, tem feito um belíssimo trabalho, as igrejas tem feito um belíssimo trabalho, tem 48 internos uma base de 18 era de rua, eles adotaram estão lá forte com força, estão se recuperando, estão 6 meses, mais uma vez a SENASP faz o papel dela, investe, aqui só passa o relatório bonitinho, e não vão ser fiscalizados e não é nada de verdade isso aí (GF, PM-Praça, MA).

Essa lógica de responsabilização das igrejas por esse problema afeto à população em situação de rua, sobretudo os usuários de drogas, é um movimento decorrente de lacuna nas políticas públicas deixada pelo Estado. Os discursos das pessoas que são alvo desse processo (usuários de drogas) caminham em sentido da negativa e da não conformidade com relação aos procedimentos executados por tais organizações, pois seu mecanismo de funcionamento trabalha com procedimentos de inculcação.

O Estado brasileiro é responsabilizado pelo fracasso nas políticas públicas de atendimento a essa população, segundo alguns discursos, pelo modelo higienista de tratamento e pelo modo de condução das políticas, que apresentam foco equivocado por questões estruturais e de ações desconectadas e que não se validam em rede.

Essas minorias sociais advêm das coletividades que são discriminadas e estigmatizadas, consubstanciando um quadro de subordinação cultural, política ou socioeconômica a um grupo de domínio, independentemente do número de sujeitos que a compõem em relação à totalidade populacional, como é o caso de idosos, negros, indígenas, mulheres, homossexuais, etc. (RONDON, 2012).

Os grupos focais com os profissionais da segurança pública, dos quais participaram Policiais Militares, Bombeiros Militares, Policiais Civis e Guardas Municipais, nos possibilitaram compreender os discursos desses sujeitos sobre as questões de interesse da pesquisa. Passamos doravante à fase seguinte que consiste na compreensão das percepções da população que vive na rua, destacando dessa dimensão os sujeitos viventes nos Centros POPs, das cidades de Cuiabá – MT, Belém – PA e São Luis do Maranhão – MA.

4 PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO QUE VIVE NAS RUAS

Neste tópico aduziremos alguns dados sobre a população que vive nas ruas das capitais pesquisadas, apresentando o resultado dos grupos focais, realizados nas respectivas capitais, bem como suas análises.

Em Cuiabá, capital de Mato Grosso, segundo levantamento da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano (SMASDH), realizado de janeiro a dezembro de 2013, existiam cerca de 3.000 pessoas vivendo na rua. Este número pôde ser mensurado pelo número de cidadãos que passaram pelos abrigos municipais de Cuiabá no período pesquisado. É importante vincar que esses dados numéricos não são precisos, uma vez que essa população é flutuante e nem todos procuram casas de apoio ou abrigo. Assim há que estimar que o número real seja bem maior (SMASDH, 2013).

Em Belém do Pará não existem estatísticas atualizadas sobre a população em situação de rua, nem oficiais, nem estimativas extraoficiais. O único dado disponível é do Censo realizado, em 2008, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que contabilizou 400 pessoas. No entanto, esse número pode ser o triplo ou quádruplo, se considerado o aumento de pessoas vivendo nas ruas, nos últimos anos, em todo o Brasil. Neste ano, 2014, às vésperas da chegada da equipe pesquisadora, em Belém, a Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA) havia assinado acordo-convênio com a Universidade Federal do Pará, para realização de pesquisa censitária sobre essa população. Os resultados estão previstos para o próximo ano, 2015.

Segundo a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMCAS), em reportagem, sobre São Luís, estimava-se que existiam 2.000 pessoas vivendo nas ruas, em 2013. Nesse período, a capital não contava com nenhum abrigo para dar assistência noturna a essas pessoas. Em 2014 foi inaugurada a primeira Residência Inclusiva de São Luís, destinada ao acolhimento de pessoas com deficiência, sem vínculos familiares e em situação de abandono. No entanto, a casa tem capacidade para abrigar apenas 10 pessoas.

A primeira pergunta, voltada às pessoas que vivem nas ruas, procurou investigar a percepção que os sujeitos têm sobre o estar nessas condições e como eles se sentem.

Em São Luís e Belém, as respostas foram uníssonas em afirmar ser ruim e difícil, em Cuiabá, dois responderam ser uma aventura: “Pra nós é uma aventura” (Morador de rua – MT). Estas respostas foram dadas pelas pessoas que revelaram ter pouco tempo de rua. Um respondente ponderou que estava vivendo por volta de um mês, outro, por volta de três meses: “Tô aprendendo, eu tô achando é bom (risos), é difícil” (Morador de rua – MT). Mas, mesmo assim, o entrevistado finaliza negativamente.

Foram citadas, como ruins, as violências sofridas por parte da Polícia, as violências sofridas por brigas entre eles, e as violências praticadas por populares. São mencionadas também a falta de abrigo e a falta de segurança na rua durante a noite, como fatores que provocam desconforto, medo, insegurança e que contribuem para as incidências da violência. Fome, sede, por exemplo, não foram citados como parte da dificuldade de estar na rua.

Além dos medos expressos nas falas, foram citados outros, tais como: medo de morrer solitário, medo do ser humano, medo da traição, medo do mundo e medo de morrer (Moradores de rua – MA, MT, PA). No entanto, a maioria mencionou medo da polícia. Na pesquisa realizada em Porto Alegre com a população em situação de rua, foi perguntado sobre o que menos gostam na rua, tendo aparecido a vigilância da polícia em terceiro lugar, nas respostas. Segundo Schuchet *et al...* (2008), essas respostas indicam que há um processo de criminalização da situação de rua, seja uma criminalização “legal”, que se efetiva pelo trabalho de vigilância da polícia, seja uma criminalização “moral” do estar em situação de rua. No caso desta pesquisa, as vozes dos sujeitos permitem entrever que o medo maior é do resultado

dessa criminalização, ou seja, da condenação que ela produz.

Quanto à violência advinda da população, ressaltam-se duas situações, na visão dos pesquisados: primeira, a sociedade tem preconceitos que se traduzem em violência psicológica/simbólica; segunda, a população em situação de rua teme a conversão desse preconceito em violência física. Esse pensamento está alicerçado, possivelmente, em experiências vividas e nos episódios de violência sofridos por seus pares. No primeiro caso, sejam exemplos os olhares de desprezo, a reação de proteção com a bolsa, acrescida da evitação de contato, como atravessar para o outro lado da rua quando da possibilidade de um encontro mais próximo, xingamentos, entre outros. No segundo caso, a queima de morador de rua e o fornecimento de comida envenenada são as violências temidas.

A reação popular, conforme os depoimentos, ou se revela pela repugnância e desprezo, ou pela crueldade. Como bem observou Valêncio *et al.* (2008), “o contexto socioambiental de vivência do grupo, no geral, recrimina-o, culpabilizando-o por sua destituição e tudo faz para que sua presença na cena seja efêmera” (p. 558). Por isso, são agredidos, evitados, enxotados, assassinados, varridos dos centros urbanos, como lixo que se esconde por debaixo do tapete, como uma coisa fora do lugar e impura, “uma não pessoa”.

As falas dos depoentes demonstram o peso do estigma que carregam, seja nos sinais corporais, seja no modo de vestir, seja ainda em aspectos higiênicos, o que os tornam marcados, desacreditados e, conseqüentemente, evitados nos espaços públicos, como diria Goffman (1998). No entanto, essas pessoas reivindicam reconhecimento de seu ser, que a sociedade os respeitem ou, ao menos, não os julguem por suas condições. Foram recorrentes as seguintes expressões: “nem todos que estão na rua são bandidos” ou “estão nessa condição porque querem” (População de rua, MT, PA, MA).

A frase expressa por um depoente: “É mentira aquele que fala: estou na rua porque eu gosto [...]” provoca uma discussão importante. Muito se ouve o senso comum dizer que as pessoas estão em situação de rua por escolha, por vontade própria, porque gostam ou porque querem. Essas expressões têm sido proferidas em diversos espaços institucionais e acadêmicos. Embora haja pouco estudo sobre o tema, que dê conta com clareza dessa questão, é possível afirmar, como o faz Valêncio *et al.* (2008), que, em termos gerais, no caso brasileiro, essas afirmações não se aplicam. Esse fenômeno ocorre, mas se configura exceção. Em nosso caso, deve ser visto, entre outras, menos do que uma escolha do indivíduo, e mais como um drama coletivo desenhado pela falta de nexos entre políticas públicas e os agentes econômicos e sociais, pautado nos direitos da pessoa humana.

Os depoimentos deixam entrever que as visões, por vezes, oscilam entre o bom e o ruim de viver na rua. Aqueles que esboçam uma interpretação positiva citam como exemplo a liberdade e a convivência solidária comunitária, com seus iguais. Mesmo assim, a positividade é condicional. Está presa aos resquícios ou às migalhas de benefícios recebidos, ou ainda depende da sobriedade do grupo.

Não há que desconsiderar que o grupo cria seus laços de amizade e de cooperação, possivelmente na tentativa de reproduzir o sentimento de estar em família. No entanto, com relação ao sentimento de liberdade mencionada pelos entrevistados, há uma ambigüidade, se considerado que os espaços urbanos funcionam sob regras e são constantemente vigiados e controlados. Além do mais, recaem repressão e punição para os que tentam burlar ou violar tais normas. Eles próprios revelam os embates pela ocupação de territórios travados entre eles mesmos, e entre eles e os agentes de segurança, isso tudo ainda é somado ao controle exercido pela população em geral.

Conforme Bauman (2003), “a liberdade é a capacidade de fazer com que as coisas sejam realizadas do modo como queremos, sem que ninguém seja capaz de resistir ao resultado, e muito menos refazê-lo” (p.26). Por essa compreensão, pode-se inferir que essa liberdade ou está no plano

do desejo, ou “é parte de uma elaboração singular às condições de existência”, como interpretou Schuch *et al.* (2008), em sua pesquisa, diante de afirmação semelhante.

Perguntado sobre os motivos de viverem nas ruas, variadas explicações foram apresentadas, entre elas os conflitos, a violência ou a ausência de familiares: briga com os pais, separação/morte de pessoas amadas, desemprego, abuso sexual (no caso das mulheres jovens) e uso excessivo de álcool e/ou outras drogas. Como bem observou Schuch *et al.* (2008), em pesquisa com população em situação de rua de Porto Alegre, há uma complexidade de fatores cumulativos que levam os sujeitos a essa condição, sendo mais significativos os relativos à macroestrutura a qual pertencem ou da qual foram excluídos e, portanto, dificilmente são perceptíveis a esses sujeitos de forma consciente e global.

Os autores afirmam ainda que os fatores decorrentes e os fatores originários da vulnerabilidade não são claramente delimitáveis, nem por ele, que vive a situação, nem pelo observador externo, “visto que causas e efeitos da condição de rua se retroalimentam” (SCHUCH *et al.*, 2008, p. 45). Nesse sentido, as razões elencadas podem ser consideradas apenas o estopim ou a ponta do iceberg de embates mais profundos de ordem política, social, econômica, afetiva e relacional vividas por essas pessoas.

Das entrevistas realizadas temos a revelação de que cada pessoa em condição de rua tem uma história de vida e confere uma explicação para sua condição. No entanto, existem discursos que se repetem. As moças mais jovens vivem, em comum, a experiência de terem sofrido abuso sexual no âmbito da família; os rapazes mais jovens apontam os conflitos familiares gerados pelo uso de drogas. Entre os mais velhos, sobressai o desemprego, separação/divórcio, morte de familiares e uso de drogas. Em Belém, o crack foi citado em primeiro plano, por sinal, a droga mais mencionada nos três Estados pesquisados. Para os mais velhos, às vezes, não fica claro, em suas falas, o que vem primeiro, em termos da razão de estar na rua: se são a bebida e as drogas, ou se são os problemas familiares e amorosos. No entanto, o resultado dessa sobreposição de fatos é sentido, ressentido e vivido por eles, de forma dolorosa.

Esses resultados guardam muita semelhança com as repostas obtidas na pesquisa nacional sobre população de rua (BRASIL/MDS, 2008). Entre os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua foram enumerados problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Nessa pesquisa, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos – que podem estar correlacionados entre si ou um ser consequência do outro.

Ao perguntarmos, especificamente, aos grupos se já sofreram algum tipo de violência policial, nos três Estados pesquisados, a grande maioria respondeu ter sofrido. Foi o momento mais acalorado dos grupos focais. Todos passaram a relatar suas experiências, ao mesmo tempo, dificultando a coordenação do tempo e da vez de fala de cada um, bem assim a possibilidade de apreender todos os depoimentos. Mesmo a minoria que disse não ter vivido nenhuma violência, dado que estavam vivendo na rua há pouco tempo, tinha um relato para apresentar, por tê-lo presenciado.

A violência policial, segundo os relatos, se expressa nas dimensões físicas, psicológicas e morais, e se desdobram nos mais variados crimes. Foram relatados casos de roubo, extorsão, tráfico, espancamento, tortura, agressões verbais, tentativa de homicídio, tentativa de estupro, racismo e danos morais severos, provocados pela desmoralização e humilhação. Segundo os depoimentos, essas práticas são extensivas a qualquer morador de rua, quando na ocasião das abordagens. O uso de um ou outro mecanismo de violência varia de acordo com quem é o policial e com as circunstâncias do momento: do local, do horário e movimento, da população.

A visão dos homens, no primeiro momento, é que a polícia trata mal as pessoas que vivem na rua, por igual, independentemente de cor, gênero, sexualidade, entre outros atributos.

No entanto, são sentidas de modo diferente, quando se analisam os coletivos segmentados por gênero e sexualidade. Quando as mulheres, os gays e as travestis relatam suas histórias de violência, na relação com os agentes de segurança pública, percebe-se que há um incremento a mais na forma de agirem em relação a elas e a eles. No caso dos gays e travestis, são acrescentadas as chacotas: “Eles chegam com deboche, acaba ofendendo” (Morador de rua, PA) e, no caso das mulheres acrescentam-se xingamentos, sendo o termo mais corriqueiro vagabunda, se somam os abusos sexuais, como revela uma jovem: “Polícia, eles são miserável, outro dia um me levou lá pra quebrada, pra mim [fazer sexo] com eles”. (entrevista- moradora de rua, MA).

É possível inferir, por meio das entrevistas, que a violência policial é atravessada pela questão de gênero e sexualidade, ou seja, as mulheres, os gays e as travestis sofrem um acréscimo que se sobrepõe aos outros atos de violação de direitos. Outra questão que parece estar latente é que a homofobia e o machismo, presentes na sociedade em geral, atingem fortemente as corporações da Segurança Pública. Talvez o agravante, neste caso, é que estes profissionais estão empoderados da farda, da arma e de outros aparatos e mecanismo de coerção e violência, e suas ações, por mais truculentas que possam ser, no mais das vezes são facilmente justificadas e acatadas institucionalmente.

Quando perguntados sobre o tratamento recebido, quando procuram delegacias ou quando precisam de algum tipo de atendimento, percebe-se que o tratamento não é diferente. É importante destacar que os grupos evitam ir até uma delegacia, independentemente de quais forem os motivos. Tudo indica que receiam a forma como serão recebidos e atendidos. Ao mesmo modo, somente chamam a polícia ou Guarda Municipal em situação de extrema necessidade. No geral, quem “chama” a polícia para eles é alguém da população, ou por se sentirem incomodados com alguma ação, ou simplesmente com a presença deles. No caso das delegacias, no geral, somente vão conduzidos coercitivamente pela Polícia Militar ou Guarda Municipal.

Os relatos deixaram entrever que a atenção dos agentes da Segurança Pública, especificamente Polícia Militar ou Guarda Municipal, no mais das vezes, só se volta ao grupo que vive na rua nos momentos das abordagens, remoção e condução às delegacias. No caso da Polícia Civil a atenção é dada quando levados, quase sempre na condição de culpados. Quando são vítimas, são considerados vítimas deles mesmos. Quando, eventualmente, os agentes são procurados por essa população, na condição de vítima, de fato, como os relatos asseveram, suas queixas não são atendidas ou sequer são ouvidas e, ainda, como consequência da busca por atendimento, recai sobre ela novas atitudes de violência.

Os depoimentos das pessoas em situação de rua deixam evidentes que há certo reconhecimento por parte dos grupos pesquisados da necessidade e da importância do trabalho da Polícia. Há também o reconhecimento de que nem todos os policiais são corruptos, truculentos ou violentos. A respeito do comportamento deles próprios, consideram que nem todos são santos, como dizem. Mas defendem que nem todos os que estão nas ruas fazem coisas erradas e que o policial ou a Guarda Municipal deveriam separar quem é quem.

Os entrevistados em situação de rua são enfáticos ao repetirem a falta de conhecimento que os policiais têm a respeito deles. Sobretudo da pluralidade de motivos de estarem nas ruas, das necessidades que vivenciam e do caráter que cada um manifesta. No pensar deles, esse conhecimento, contribuiria para o reconhecimento daqueles que são bons, das pessoas honestas, evitando assim o nivelamento de atitudes e tratamento violentos. Parece estar naturalizado, entre eles, que a agressão de policiais pode ser legítima, desde que recaia sobre os verdadeiros culpados.

Ao serem perguntados sobre como gostariam que fossem tratados pelos agentes de Segurança Pública, observa-se que há um grande apelo ao respeito, à educação e ao cuidado no tratamento, mais diálogo e menos violência, no momento das abordagens. Há certa consciência, entre os grupos pesquisados, da necessidade de formação específica para que os profissionais da Segurança Pública melhorem o tratamento dispensado a eles. Há de igual modo uma compreensão de que, como cidadãos ou cidadãs, participam social e economicamente na manutenção do emprego e da renda dos profissionais e, esse fato, seria uma prerrogativa para que fossem respeitados ou, pelo menos, fossem tratados com menos pancada e mais educação.

4.1 A RELAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA COM A REDE DE ATENDIMENTO SOCIAL

Não há como dissociar os modos de vida da população em situação de rua e seus aspectos subjetivos, assim como a forma de gestão pública dessa população. Nesse conjunto, incluímos os modos de intervenção diversos, como aqueles provenientes das políticas públicas de assistência social, de organizações de proteção de direitos, da Segurança Pública, das estratégias policiais, da saúde, da ajuda de filantropos e de caridosos. Ou seja, a particularidade da vida das pessoas investigadas não informa somente sobre a vida delas, mas também sobre a atuação desses agentes e agências que com eles interagem (SCHUCH, 2008).

Em relação à Segurança Pública, ficou evidente que, nessa interação, falta humanidade, sensibilidade e respeito. Entenda-se que, ao mencionarem a polícia como seus principais algozes, essa denominação se refere prioritariamente àqueles agentes que lidam cotidianamente nas ruas, nomeadamente a Polícia Militar ou a Guarda Municipal. Em Cuiabá e em São Luís, quem está à frente do policiamento nas ruas é a Polícia Militar. Em Belém, no Estado do Pará, quem atua nas ruas é a Guarda Municipal. As delegacias e os delegados também foram citados como agências e agentes hostis. Cabe ressaltar que o Corpo de Bombeiros Militar não foi citado nenhuma vez, nem positiva e nem negativamente. Isto possivelmente se deva à distância que mantém com o grupo pesquisado, pela especificidade de seus trabalhos.

Quanto às outras agências de atendimento, as falas deixam entrever que os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro POP) são reconhecidos como uma iniciativa importante e que operaram significativa melhora na vida de quem os frequenta. Não foi feita, especificamente, nenhuma pergunta relacionada ao tratamento ou à importância desta instituição na vida deles. No entanto, os elogios surgiram espontaneamente.

É perceptível que esses Centros mudaram os aspectos da população em situação de rua, pelo menos os dos frequentadores. As mudanças se fazem notar nos cuidados com o corpo, com a roupa, e também no modo de manifestar suas ideias e opiniões. Em resumo, são pessoas que se preocupam com a limpeza e o asseio pessoal. Nota-se um cuidado. Além de demonstrarem uma compreensão crítica da realidade em que vivem, construída nos debates, palestras, oficinas, círculos de cultura oferecidos pelos Centros. Alguns demonstram certo nível de controle no uso de drogas.

No entanto, como dito nas páginas precedentes, nas três capitais há falta de albergue noturno. Os existentes não oferecem vagas suficientes para acolher a população que deles necessita. Essa falta foi apontada, pelos pesquisados, como um problema, pois essas pessoas ficam sem opção de abrigo durante a noite.

Outro tema que desponta nas entrevistas, principalmente em Cuiabá, diz respeito às casas de

recuperação. Os depoimentos também surgiram espontaneamente e revelam que as pessoas que vivem nas ruas não acreditam no trabalho feito nessas instituições.

Nesta pesquisa, não foi possível visitar nenhum desses Centros, dado o curto prazo para a realização e conclusão do trabalho de campo. Mas as vozes da população que os conhecem, tecem inúmeras críticas que se estendem sobre o caráter religioso das clínicas, sobre as más condições estruturais e higiênicas, falta de preparação/capacitação dos profissionais. Segundo as denúncias, a maior parte delas, não teria profissionais com formação específica para atender as demandas. Alguns casos de maus-tratos e espancamentos são relatados, inclusive o acesso fácil e uso de drogas. Em resumo, são estruturalmente falhas, ineficientes no atendimento e incompetentes para solucionar os problemas para os quais foram criadas.

É importante lembrar que em Cuiabá existem dois Centros de Atenção Psicossocial para dependentes de Álcool e Drogas, (CAPS AD) destinados a pessoas adultas. No entanto, as vagas são reduzidas e as reclamações são longas: entre elas a precariedade estrutural, precariedade no atendimento, ineficácia nos resultados, além da falta de diálogo formal com os Centros POPs. Essa falta de intercomunicação também foi pontuada nos outros dois Estados pesquisados. Em São Luís, a diretora do Centro afirmou que os CAPS não resolvem os problemas das pessoas que vivem na rua, e que sofrem problemas de dependência crônica, pois eles não têm família para acompanhar o tratamento e os CAPS funcionam somente durante o dia. À noite, o paciente vai para as ruas, misturando remédios e drogas, piorando o quadro de saúde dele, ao invés de melhorar.

Chega-se à conclusão de que não há “rede” de atendimento de fato. Há pontos isolados que não se interconectam e que não funcionam, nem mesmo se estivessem conectados, tamanha a precariedade de estrutura ou de perspectiva de atendimento que oferecem. Os profissionais que atendem nos Centros POPs se somam às vozes dos agentes de Segurança Pública ao afirmarem que falta diálogo entre as instituições comprometidas ou que deveriam se comprometer com essas pessoas. Notadamente as de Segurança Pública, as de Assistência Social (Centro POPs, CAPs), as de Saúde e as de Educação (formal ou profissionalizante). Enfim, o quadro é de um isolamento interinstitucional, quem padece mais uma vez são as pessoas que delas necessitam. O que sobra, em termos de ações efetivas para essa população que vive na rua, além dos Centros POPs, são os benefícios caridosos de igrejas e Organizações não governamentais (ONGs), que, por sua vez, também só oferecem ajudas momentâneas, paliativas: sopas, roupas, cobertores.

Em suma, essas pessoas continuam marginalizadas, culpabilizadas, violentadas, subtraídas de seus direitos e no limite, incluídas precariamente como diria Bourdieu (2003). Pior ainda: são consideradas alagozes por suas condições de existência social. Apesar de todas as mobilizações dos Movimentos Sociais que as representam, como por exemplo, o Movimento Nacional de população em Situação de Rua e das iniciativas governamentais com a finalidade de promover a inclusão, cito a Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua, instituída em outubro de 2006, ainda há muito por fazer.

Enquanto isso a população que vive nas ruas continua a sonhar seus sonhos, em busca da correção ou eliminação das causas que acreditam que os tenham levado às ruas: conflitos familiares e uso de drogas. E, por outro lado, desejam tornar-se pessoas comuns ou, como diz uma das depoentes, “ter uma vida normal”, que significa ter casa, profissão e trabalho, estudar, ter a companhia dos filhos, ter aconchego da família. Os desejos são simples, mas pelo panorama apresentado, pela pesquisa, no que diz respeito à intervenção de políticas públicas, esses sonhos ainda estão distantes de ser concretizados.

5 PERCEPÇÃO DE MULHERES E TRAVESTIS PROFISSIONAIS DO SEXO QUE VIVEM DA RUA

Em meio aos coletivos que compõem o universo das populações em situação de rua, as pessoas que vivem da prostituição em espaços públicos engrossam esse grupo. Em decorrência do abandono familiar, da discriminação, das diversas formas de violência e, sobretudo da necessidade de sobrevivência, mulheres e travestis femininas comercializam o corpo por meio da prática sexual, como forma de manutenção econômica.

Reunimos as interpretações das percepções das pessoas entrevistadas em três eixos de análise. O primeiro problematiza as questões de gênero e diversidade sexual na perspectiva da identidade e pertença na rua, os modos como esses coletivos constroem, no corpo da rua, uma continuidade do corpo vivido, marcado por suas singularidades, no qual querem ser identificadas e reconhecidas socialmente.

O segundo eixo discute a estreita relação entre violência, discriminação e preconceito como questões sociais originadoras da permanência desses coletivos nas ruas. As narrativas também evidenciam a precarização das relações de trabalho, daquelas que dependem da comercialização do corpo como estratégia de sobrevivência e subsistência econômica.

O terceiro eixo, por sua vez, corresponde exatamente a uma discussão do estado permanente de exceção, a que estão sujeitas as mulheres e as travestis que vivem da prostituição das ruas, cujo mecanismo regulador são as diversas formas de violência e vulnerabilidade, especialmente a policial.

Por fim, ao sistematizarmos os resultados da pesquisa de campo que trazemos a público, temos a expectativa de que as narrativas possam subsidiar não só a construção de políticas públicas, na área da Segurança Pública, voltadas para a população em situação de rua, como também fomentar novas pesquisas que gravitem em torno da temática aqui apresentada.

5.1 GÊNERO E SEXUALIDADE: IDENTIDADE E PERTENÇA NA RUA

Esses coletivos se relacionam com a rua segundo parâmetros identitários de gênero. As questões identitárias de pertença de grupo, e o não reconhecimento da construção de gênero, para além do binário homem/mulher, constituem um dos pontos tensivos entre travestis e agentes da Segurança Pública. As abordagens policiais reforçam o determinismo biológico-sexo-genitália de nascimento, em detrimento da identidade de gênero da transexualidade feminina.

O desrespeito às identidades de gênero e sexuais torna visíveis as situações de desigualdades, das relações hierarquizadas, do potencial das redes invisíveis do poder, dos procedimentos e aparatos da governabilidade aplicados pelos agentes de Segurança Pública, por quem pensa o poder em termos estratégicos de subordinação e dominação, mais do que aspectos jurídicos do Estado Democrático de Direito.

Os depoimentos aclaram como a heteronormatividade é um mecanismo de poder exercido sobre o corpo, transformando-o em princípio de subordinação. A caça às sexualidades não hegemônicas provoca novas especificações periféricas das pessoas, nas quais a identidade de gênero e sexual se manifesta como uma questão política na forma do poder exercido, a partir dos corpos.

Para as mulheres, também a dimensão identitária é uma questão de reconhecimento de si, de suas subjetividades construídas em diálogo com suas experiências, no modo como se constituíram discursiva, cultural e politicamente como profissionais do sexo.

Há claramente, nas falas, a consciência política na compreensão das múltiplas dimensões que compõem o universo de vulnerabilidades para as pessoas que vivem da rua. Advinda, mais que tudo, da militância como grupo político social organizado, além da defesa da importância da CBO 5198-05, a luta é também pelo reconhecimento da prostituição, como uma profissão.

Segundo algumas entrevistadas, o reconhecimento da profissão é um mecanismo de enfrentamento a outras formas de violência. Sejam exemplos a exploração infanto-juvenil, o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, a migração forçada, o tráfico humano, o abuso sexual e a violência doméstica.

Nesse sentido, a visibilidade nos registros de ocorrência policial, no atendimento das delegacias especializadas da mulher, na identificação do perfil da vítima e na abordagem do policiamento ostensivo pode favorecer o mapeamento das violências praticadas contra as prostitutas. E uma das estratégias de reconhecimento propostas é a criação de banco de dados da violência de gênero que traga um recorte que atenda a essas especificidades.

Contudo, recomendamos um diálogo permanente entre os movimentos sociais, associações de profissionais que “batalham programas nas ruas” e os agentes de segurança para que se evite o reforço ao estigma social dessas mulheres/travestis. Essa interlocução favorece a coleta de subsídios na sociedade civil para redigir planos, programas, projetos e ações na área de prevenção à violência sofrida pelas prostitutas. As demandas apontadas pelos coletivos são legítimas, porque são elas que sofrem diretamente a violência nas ruas.

É notório que a vida na rua apresenta intensos desafios às mulheres que vivem da prostituição. Mortes, assaltos, violência física e psicológica são eventos reais em suas vivências cotidianas. Um das informações relevantes obtidas na pesquisa é justamente o fato de que as violências sofridas, entre as mulheres em situação de rua, não recebem o mesmo tratamento nas delegacias, nos registros de ocorrências policiais, se comparadas às mulheres que não vivem nessas condições.

Apesar da aparente igualdade, o tratamento aos registros das informações de violência ganha contornos semelhantes em se tratando de mulheres e travestis profissionais do sexo que trabalham na rua. Todas as entrevistadas narram a dificuldade no registro das ocorrências de agressões nas ruas, crimes de assassinatos, violência psicológica, ameaças contra a vida.

É importante observar que não foi possível encontrar, na pesquisa de campo, dados que informassem sobre a violência contra a população em situação de rua no geral. Como já dito, não há base de dados da violência que inclua essas especificidades. Nos Boletins de Ocorrência das Delegacias não há campo que identifique essas vítimas.

Um exemplo patente disso ocorreu em Cuiabá, no período da realização da presente pesquisa. O único Centro de Atendimento à População de Rua, nas vésperas dos jogos da Copa do Mundo 2014, cuja capital era uma das sedes dos jogos, teve suas atividades encerradas, por razão de forte pressão institucional, especialmente do policiamento ostensivo da região central metropolitana, da associação dos lojistas, de alguns políticos, em especial vereadores e deputados. A justificativa era de que esses coletivos, na condição de autores, acentuavam os índices de criminalidade e violência no centro da cidade.

É um argumento contraditório, considerando que não identificamos, no decorrer da pesquisa, nem por parte das delegacias, nos registros de ocorrências, ou em quaisquer outros instrumentos oficiais de mapeamento da Segurança Pública, nada que pudesse subsidiar informações oficiais sobre criminalidades ou violências no atinente a esses coletivos, seja como vítimas, seja como autores de crimes.

A ausência desses registros é uma realidade presente nas três capitais pesquisadas. Por outro lado, no revés da questão, as profissionais do sexo entrevistadas argumentam que suas demandas por registro de violências sofridas, ou não são registradas como estatísticas, ou não são solucionadas.

Nesta direção, é também crucial afirmarmos que as estatísticas oficiais de violência, em relação às profissionais do sexo, não correspondem à totalidade das violências ocorridas cotidianamente. Em virtude da fragilidade do mapeamento das ocorrências, infelizmente as violências são muito maiores do que as que chegam ao conhecimento do poder público.

Mesmo as entradas oficiais de denúncias como Disque 100 – Módulo População em Situação de Rua, serviços de registro mantido em rede nacional através da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, da Central de Atendimento à Mulher da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, as Ouvidorias de Polícias, ou mesmos as Corregedorias, não foram citadas nem pelos agentes de Polícia, nem pelos coletivos, como serviços de conhecimento público de notificação, captura referente às violências e violações aos direitos humanos de mulheres e travestis que vivem da rua.

Então, em se tratando de profissionais do sexo, a pergunta que fazemos é: como dar visibilidade às questões de violência sem rotulá-las?

No que tange ainda às questões identitárias, chamou-nos ainda a atenção as redes de participação social que originariamente emergem dos movimentos sociais de base e se transformaram em ONGs. Em certa medida, seus militantes deixam de ser articuladores do movimento social de base para se tornar agentes promotores de políticas públicas.

Em Belém do Pará e São Luís do Maranhão, as organizações não governamentais são aquelas que comumente atuam na acolhida às vítimas de violência, e nos programas de prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs/AIDS), na prevenção ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, no enfrentamento a exploração sexual infanto-juvenil. Já em Cuiabá, não observamos formas organizadas de participação política desses coletivos.

A rede de atendimento, por exemplo, aparece mais como uma questão da articulação dos movimentos sociais, dos setores não governamentais, do que propriamente uma rede. Trata-se, muito mais, do engajamento político da militância na construção de políticas públicas de garantia de direitos do que instituições organizadas pelo Estado.

Infelizmente, em Cuiabá não identificamos formas organizadas de movimento social, associações fundadas por mulheres profissionais do sexo, o que dificulta o empoderamento das agentes, nestes espaços na dinâmica da cidade. Conforme assinala Hannah Arendt (2013), “o poder não precisa de justificativa, sendo inerente à própria existência das comunidades políticas, de que ele realmente precisa é legitimidade [...] a sua legitimidade deriva mais do estar junto do que de qualquer ação que então se possa seguir” (p. 69).

Nas falas das entrevistadas, observamos a busca da legitimidade das mudanças, na relação com o Estado, como uma forma de ampliação do leque de demandas sociais, as quais o movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) e movimento de Mulheres Profissionais do Sexo têm tentado incorporar.

Vale ressaltar que as questões feministas e de sexualidades não se circunscrevem aos movimentos político-sociais, mas se referem à prática social, cultural e política que devem ser incorporadas nas demandas do Estado Democrático de Direito, através de suas instituições.

5.2 ENTRE VIOLÊNCIA, DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO: QUESTÕES CENTRAIS DA PERMANÊNCIA DESSES COLETIVOS NAS RUAS

Ao perguntar quais os motivos que levaram mulheres e travestis a viverem da rua, registre-se que a violência na família, o preconceito, a discriminação homofóbica, além de fatores econômicos, são as maiores causas apresentadas a motivarem a permanência delas nesses espaços.

As relações com a família aparecem como matriz nuclear da quebra de vínculos institucionais que conduzem essas pessoas à prostituição. Conforme já reafirmado em outros documentos oficiais, as famílias, no geral, criam e recriam percepções de mundo. Neste microuniverso, seus membros se apropriam da moral hegemônica, ao mesmo tempo em que se submetem ao poder público estatal, construindo formas autônomas de pensamento e organização.

Por isso, é imprescindível que as políticas públicas também enfrentem, de modo global, as inúmeras formas de violência física, psíquica e simbólica que acontecem no seio familiar, muitas vezes perpetradas por alguns de seus membros, contra outros mais fragilizados.

Para as travestis, a violência familiar se apresenta fortemente pelo viés da homofobia e transfobia, principalmente quando são atravessadas pelos discursos fundamentalistas religiosos. A aceitação da diversidade de gênero e sexual no núcleo familiar, em relação aos jovens, é uma ação de prevenção a outras formas de violência e vulnerabilidade.

Por isso, defendemos que o papel do Estado é o de não discriminação, conforme preconiza a Constituição Federal Brasileira. Seu papel é, sobretudo, o de criar políticas de enfrentamento ao chamado pânico moral, ao mesmo tempo em que não fomente discursos institucionais discriminatórios e violentos contra as populações de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT).

A questão do estigma, do preconceito, dos rótulos sociais aparece como elemento legitimador das relações de subordinação e de exclusão social, presentes na violência institucional, perpassadas na família e reforçadas nas instituições de Segurança Pública, nas empresas e nos demais órgãos que compõem as redes de atendimento aos grupos vulneráveis.

A partir da noção de estigma, criam-se padrões de normalidade excluindo aqueles indivíduos considerados “diferentes” ou “inferiores”. Alguém com estigma é um não cidadão, alguém que não seja completamente humano, um sujeito desviante da ordem instituída. É portador de um atributo profundamente depreciativo e estereotipado que interfere em sua identidade social, enquanto interação social (GOFFMAN, 2008).

Já para as mulheres, dentro da instituição “família”, aparece fortemente a violência doméstica, manifestada, sobretudo na prática dos estupro parentais, abusos sexuais e outras violências.

Em virtude dessas violências domésticas, criam-se outros níveis de violências difusas de que são vítimas as mulheres quando trabalham nas ruas, tais como balas perdidas, roubos, agravos à saúde, violência na relação comercial entre prostitutas e clientes, cafetinagem velada por parte de donos de

bares próximos aos “pontos” de trabalho, assassinatos, espancamentos, síndrome do pânico, dificuldade de acesso a políticas de saúde.

Tanto mulheres quanto travestis que trabalham na rua, comercializando o corpo para complementar o salário miserável, ou mesmo como única fonte de rendimento, ou porque não têm outras qualificações profissionais, ou porque não conseguem inserção em outras formas de trabalho remunerado. Há que ressaltar que esta é uma forma de trabalho marcado por atos de violência.

A precarização das condições de sobrevivência, a dificuldade da criação e fortalecimento das redes de proteção, defesa e garantia dos direitos das profissionais do sexo, bem como de seus direitos humanos reforçam não só a permanência delas nas ruas, como as condições precárias nas relações de trabalho. Todas as narrativas apontam para o entendimento de que as violências sofridas nas ruas, tanto por mulheres como por travestis, expressam a produção social da violência simbólica e do estigma, mas também diz respeito ao lugar que essas pessoas ocupam na divisão social do trabalho.

5.3 AS PERCEPÇÕES DAS PROSTITUTAS E TRAVESTIS SOBRE OS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA

Ao perguntarmos se sofrem ou conhecem outras pessoas que já sofreram violência policial, ambos os coletivos revelam níveis diferenciados de violência. A violência institucional discriminatória, que se manifesta na forma e/ou na dificuldade de atendimento das vítimas de violência nas delegacias, na abordagem policial, ou mesmo quando do policiamento ostensivo, é uma realidade tanto para travestis como mulheres.

A violência policial, a corrupção, a ineficiência na prevenção à violência e a ineficiência na investigação é uma dimensão sempre tensiva entre as profissionais do sexo e o policiamento ostensivo, especialmente entre os coletivos de travestis. O pagamento de propinas a policiais, como forma de manter a segurança e a “autorização” do ponto de prostituição, ainda é prática recorrente, principalmente na relação entre agentes de segurança e travestis.

Por outro lado, a violência institucionalizada também aparece na forma de não acolhida das denúncias, no abuso de autoridade. A rua se torna o local por excelência onde essas violências são naturalizadas na forma dos desrespeitos, do não reconhecimento da violência homofóbica, do reforço à violência de gênero e ao estigma da drogadição.

As formas mais graves de violência policial são a violência física, o abuso do uso da força, quando a situação dispensa seu emprego excessivo. Na maioria das vezes recai mais incisivamente sobre as travestis. A presença de policiais femininas nas operações ostensivas aparece como sugestões de contenção da violência masculina policial, porque, em relação às mulheres, o comportamento tende a ser diferente.

Reafirmamos que a violência da polícia não é só uma ação isolada de um ou outro agente policial. Mas se trata fundamentalmente do modo como a instituição, em toda sua estrutura, vê e percebe o poder simbólico, esse poder invisível, por meio do qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que dele tiram proveito.

Neste cenário apresentado por nossos interlocutores, o papel dos agentes de Segurança Pública tem sido o de instrumento político de imposição ou de legitimação da dominação, que contribui para assegurar o poder heteronormativo, classista e patriarcal.

Ao perguntarmos o que poderia ser melhorado na atuação dos agentes de Segurança Pública, tanto as mulheres, quanto as travestis, sinalizam a necessidade de cursos, palestras e capacitação permanentes, voltados aos agentes de Segurança Pública, que tratem do reconhecimento das diferenças, da humanização dos agentes, da não discriminação. Mais: que essa capacitação, igualmente o material didático, como cartilhas e protocolos de abordagem, sejam construídos com a participação das mulheres e travestis, por meio de suas associações.

A rua, local de trabalho por excelência das travestis e mulheres profissionais do sexo, carece de atenção do poder público. É necessário que se reconheçam esses espaços como locus de sociabilidade democrática. Contudo, as falas dos entrevistados expressam grande desafio, no que diz respeito à requalificação profissional dos agentes de Segurança Pública para a acolhida das vítimas da violência transfóbica, bem como da violência de gênero. Assim, a formação continuada dos agentes policiais deve ser pensada à luz de conteúdos que atuem na desconstrução de uma cultura misógina, preconceituosa, discriminatória e violenta.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A opção metodológica de coleta de informações, de sistematização e análise desta pesquisa foi a de dar voz aos sujeitos pesquisados. Tal escolha ensejou uma clara compreensão do quadro relacional, que se desenha entre esses dois universos: Segurança Pública e população em situação de rua. Tanto um quanto outro puderam se manifestar, apontando suas angústias, indignação, críticas e sugestões. Ficou evidente que as relações estabelecidas entre a população em situação de rua e os profissionais de Segurança Pública são marcadas por mal-entendimentos, dilemas, conflitos, incompreensões, preconceitos, rotulações e violências.

A existência de população de rua é vista pelos agentes de Segurança Pública como ausência do Estado. De um modo geral, segundo eles, faltam políticas de educação, de saúde, de moradia, de segurança, de ocupação/trabalho. Enfim, falta tudo. Há a compreensão de que o Estado deveria oferecer melhores condições de vida para a população no geral. Assim, o problema não sobraria para a Segurança Pública. A polícia é vista como reflexo da sociedade, representando o “braço armado do Estado”, sendo suas ações a representação do próprio Estado que, por opção, desenvolve políticas paliativas sem eficácia e sem o uso racional dos meios empregados, inclusive no que se refere às políticas de qualificação dos profissionais de Segurança Pública.

Na economia de aplicação de força pelos órgãos de Segurança Pública, temos uma conscientização de muitos dos profissionais de que alguns coletivos da população em situação de rua não devem ser vistos como caso de polícia, e sim como questão de saúde pública. Em contrapartida, há uma confissão de ações discriminatórias e com exacerbação da violência estatal policial, não só por parte dos integrantes da Segurança Pública como também por parte de toda a sociedade.

Os agentes entrevistados, de modo geral, reconhecem que há despreparo do policial para o atendimento às pessoas em situação de rua ou para outros grupos vulneráveis, não só no atendimento de ocorrência, mas no tratamento que se dá a eles. Suas falas deixam entrever que falta preparo em termos de formação inicial ou continuada. Não há conteúdo específico nos cursos de formação do policial que dê suporte ao profissional, para lidar com essa população de modo adequado. Nesse sentido, o tratamento dispensado é o tratamento técnico, com o uso progressivo da força, cuja medida varia de acordo com a circunstância e a idiosincrasia do agente.

No mais das vezes, os agentes acreditam que seja necessário implementar mudanças na formação do policial, com a adoção de um currículo mais humano, sem deixar de ser técnico, mas que privilegie conteúdos que envolvam a compreensão da sociedade, de seus dilemas, de sua diversidade, incluindo os negros, a população LGBT (gênero e sexualidade), população em situação de rua e outras minorias. Indispensável é promover debates e aprimorar reflexões sobre o ser humano e suas “diferenças”, assim como sobre seu modo de realizar sua humanidade. Isso poderia ser feito atribuindo maior carga horária às disciplinas de Sociologia, Antropologia, Filosofia e Direitos Humanos, acrescidas de palestras, pesquisas e reflexões sobre os grupos marginalizados, modos de abordagens, entre outros temas.

A população que vive em situação de rua vê os profissionais de Segurança Pública como amedrontadores, violentos, criminosos, e torturadores. Revelam, em seus depoimentos, terem sofrido inúmeras formas de violências, tanto físicas quanto simbólicas/psicológicas. Eles têm medo, receio da proximidade da Polícia, ressaltando-se que essa observação não se estende aos bombeiros. O tratamento recebido nas delegacias também é alvo de inúmeras críticas, pelas mesmas razões.

A “rede” de apoio às populações em situação de rua de fato é o grande nó para as políticas públicas afetas a esta população. Ficou claro que, onde ela existe, há certa fragilidade por carecer de protocolos, diálogos abertos entre as instituições envolvidas, definição de papéis etc. Segundo os depoimentos, a resistência e a luta por espaços de poder entre os envolvidos prejudicam a consolidação da rede.

Foi possível denotar, nos discursos dos agentes de Segurança Pública, que a potência policial direciona suas ações para determinados segmentos e situações visíveis, pela perspectiva penal, prevalecendo o bacharelismo nessa relação. Importante frisar, o fato ocorrido em São Luís do Maranhão, após realização de grupo focal com os integrantes da Polícia Judiciária Civil, em que dois dos entrevistados permaneceram dialogando com os pesquisadores. Foi trazido por um deles a percepção de que as políticas existentes referentes ao atendimento às mulheres, crianças, adolescentes e idosos, quanto à funcionalidade da rede existente, se devem mais ao fato da previsão e imposição da lei do que pela iniciativa do poder público constituído, ou até mesmo pela pressão da sociedade.

Segundo eles, as políticas em rede funcionam quando há uma previsão legal. Por outro lado, essa assertiva demonstra o quanto está enraizado na nossa cultura brasileira o bacharelismo, ou seja, se não houver regras instituídas passíveis de gerar alguma sanção, ou que tenham um efeito negativo para quem não cumpra o que está previsto, não se tem uma iniciativa livre da administração pública para o fomento de inovações e novas políticas públicas que englobem a relação em rede entre os órgãos. Se há uma previsão legal com punições o poder público age. Se não existe a lei para prever a realização de políticas públicas em rede, a administração pública não age.

Em suma, a pesquisa aqui revela que há muito por se fazer. É preciso inverter a lógica de como as pessoas em situação de rua são consideradas na nossa sociedade, ao invés de grupo que está em risco, como grupo que oferece risco à segurança da população. É necessário, desta forma, continuar inscrevendo o grupo nas agendas de políticas públicas, nas pesquisas acadêmicas, e nos nossos afetos, a fim de que consigamos contribuir para que alcancem a dignidade humana, que lhe é de direito.

Em termos de recomendações há uma unanimidade de que é necessário repensar a formação inicial e continuada dos agentes de Segurança Pública, no sentido de melhor capacitá-los para um tratamento mais humanizado quando na relação com a população em situação de rua ou outros grupos marginalizados. Foi sugerido, tanto pelos agentes, quanto pela população pesquisada a inserção ou aumento de carga horária de disciplinas da área de ciências humanas, cursos de aperfeiçoamento que abordem grupos vulneráveis, abordagens solidárias, além de maior diálogo entre as redes de atendimento social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **Os excluídos do interior**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero. Feminismo e Subversão da Identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASALI, Alípio; BORGES, Sueli. **O reconhecimento mútuo como conceito e como política curricular**. 2014. Digitado.
- COSTA; Fernando Braga da. **Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Editora Globo, 2004.
- D'ADESKY, Jacques. **Racismo e Anti-Racismo No Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001
- DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade-Vol.1: A vontade de saber**. 11. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito e discriminação**, São Paulo: Editora 34, 2004.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Porto Alegre: DP&A, 2006.
- LOURO, Guacira Lopes. **Genêro, Sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**.12 . Ed Vozes: Petrópolis, RJ, 1997.
- MONTEIRO, Rocha da Rocha Pires. **O marco conceitual da vulnerabilidade social**. Revista Sociedade em Debate, Pelotas, 17(2): 29-40, jul.-dez./2011
- RONDON FILHO, Edson Benedito. Resenha da obra de JOBARD, Fabien. **Abusos policiales. La fuerza pública y sus usos**. 1ªEd. Buenos Aires: PrometeoLibros, 2011.Sociologias, Porto Alegre, ano 16, no 37, set/dez 2014, p. 306-318.
- RONDON FILHO, Edson Benedito. **A socialização dos agentes de Segurança Pública: tensão entre reconhecimento e desrespeito**. Orientador – José Vicente Tavares dos Santos. Coorientador – FabienJobard. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio do Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2013.
- JOBARD, Fabien. **Abusos policiales. La fuerza pública y sus usos**. 1ª Ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Violências e conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009 (Série Sociologia das Conflitualidades, 3).

PARK, Robert E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In VELHO, Otávio (org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara. 1987. p. 26-67.

LIMA, Renato Sérgio de. **Segurança Pública e ordem pública: apropriação jurídica das expressões à luz da legislação, doutrina e jurisprudência pátrias**. Revista Brasileira de Segurança Pública. v. 7, n. 1, 58-82 Fev/Mar. São Paulo: FBSP, 2013.

MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Sociologia: O desafio de uma analítica da normalização**. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo (1890-1930)**. Ed. Paz e Terra: São Paulo, 2008. In: RESSEL, Lúcia Beatriz, BECK, Carmem Lúcia, GUALDA, Dulce Maria Rosa, Ed. Paz e Terra: São Paulo, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3ª ed. Belo Horizonte MG. Editoria Autêntica, 2011.

HOFFMANN, Izabel Cristina; SILVA Rosângela Marion. **O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, 2008 Out-Dez; 17(4): 779-86

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage, 2010.

